

## XI SEUR – V Colóquio Internacional sobre Comércio e Consumo Urbano

### DO MERCADO SOCIALMENTE NECESSÁRIO À CIDADE COMO MERCADORIA: O COMÉRCIO POPULAR DE ALIMENTOS EM CAMPINAS E A “REVITALIZAÇÃO” DA AVENIDA FRANCISCO GLICÉRIO

Livia Cangiano Antipon, Universidade Estadual de Campinas, liviacangiano@gmail.com

#### **RESUMO**

O centro da cidade de Campinas possui um circuito econômico diverso, dinamizado pelo fluxo intenso de pessoas que perpassa diariamente a região, principalmente a trabalho. Sobressai-se desse circuito econômico um importante comércio popular de alimentação que permite, a partir de seu estudo - baseado em levantamento bibliográfico e na reunião de informações primárias - uma compreensão da dinâmica da economia política da cidade e da urbanização campineira. Analisam-se as renovações das materialidades que vem ocorrendo no centro da cidade corporativa e fragmentada atentando-se à dinâmica da alimentação do trabalhador. Aborda-se o centro de Campinas como verdadeiro abrigo do comércio popular de alimentação. Problematiza-se o discurso competente associado ao projeto de “Revitalização da Avenida Francisco Glicério”, importante via de Campinas. Indaga-se a respeito do direito à alimentação quando este é negado devido aos processos de planejamento urbano de caráter higienista que transformam a cidade em uma mercadoria.

**Palavras-chave:** Comércio de alimentos. Campinas. Processo de revitalização. Circuitos da economia urbana.

#### **RESUMEN**

El centro de la ciudad de Campinas tiene un circuito económico diverso, espoleado por el intenso flujo de personas que atraviesan la región todos los días, especialmente el trabajo. Señala este circuito económico un importante comercio popular de alimentación que permite, a partir de su estudio - basado en la literatura y la recopilación de información primaria - una comprensión de la dinámica de la economía política de la ciudad de Campinas y de su urbanización. Si analiza las renovaciones de las materialidades que ha tenido lugar en el centro de la ciudad corporativa y fragmentada, ponendo atención a las dinámicas de la alimentación de los trabajadores. Aborda el centro de Campinas como verdadero abrigo del comercio popular de alimentación. Destaca el discurso competente asociado al proyecto "Revitalización Avenida Francisco Glicério", importante ruta de Campinas. Contesta se al derecho a la alimentación cuando este es negado debido a los procesos de planificación urbana de carácter higienista que transforman la ciudad en una mercancía.

#### **1 INTRODUÇÃO**

O centro de Campinas, município do estado de São Paulo, com 1.154.617 habitantes (IBGE, 2014), possui um circuito econômico diverso, dinamizado pelo fluxo intenso de pessoas que perpassa diariamente a região, principalmente a trabalho.

Sobressai-se desse circuito econômico um importante comércio popular de alimentação que permite, a partir de sua análise, uma compreensão da dinâmica da economia política da cidade e da urbanização campineira. Analiticamente esse comércio pode ser incluído no conjunto das atividades do *círculo inferior da economia urbana* (SANTOS, 1979) e para o seu estudo são realizadas investigações nos bares e restaurantes populares e no comércio ambulante de alimentos de rua, com o intuito de quantificar e qualificar a geração de emprego e renda produzidos por esse comércio popular de alimentação.

A reflexãoposta nesse artigo tem como base de método para melhor se compreender o espaço e a urbanização campineira, a teoria dos *dois circuitos da economia urbana* (SANTOS, 1979), na qual a cidade é constituída de dois subsistemas interdependentes e complementares: o *círculo superior*, uma consequência direta da modernização tecnológica, e o *círculo inferior*, organizado por atividades de pequenas dimensões, trabalho intensivo e destinado, na maioria das vezes, às classes mais pobres, “excluídas” dessa modernização. Separados apenas para níveis analíticos, e cindidos na materialidade, diferenciam-se pela intensidade das variáveis de capital, organização e tecnologia (SANTOS, 1979).

O circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1979), elemento essencial para uma real apreensão da realidade em que vivemos, é referido às atividades em que os capitais são reduzidos, o nível organizacional não é burocratizado, mas realizado segundo ações face a face e de base normalmente familiar, e as técnicas utilizadas são as mais rudimentares não incorporando em sua inteireza as novas tecnologias do setor em questão.

O centro de Campinas, lugar de abrigo desse circuito, possui ruas onde o comércio e os serviços têm uma variada dinâmica que, consoante os diferentes horários de funcionamento, é distinta em vários períodos do dia. É uma área onde o fluxo de pessoas é intenso, tanto de trabalhadores como de consumidores, muitos dos quais possuem baixos salários e, por essa razão, são dependentes de uma alimentação de menor preço, o qual o circuito inferior da economia urbana consegue oferecer.

Signo de uma cidade desigual, esse circuito comercial popular de alimentação – estabelecimentos fixos, como os bares e restaurantes populares, e móveis, a exemplo dos ambulantes de alimentos das ruas – é encontrado nos interstícios do tecido urbano e nos locais mais degradados do Centro de Campinas e a sua análise vem permitindo um olhar sobre os usos que se tem feito nesse espaço criado e mantido pela pobreza, ou seja, por aqueles que trabalham e aqueles que só podem consumir no comércio popular da alimentação.

A pesquisa<sup>1</sup> em torno da dinâmica, da espessura e da dimensão desse comércio popular de alimentação, bem como das situações alimentares da classe trabalhadora que circunda a região central, trouxe à tona a problematização de um projeto, já em execução, de revitalização de uma das principais vias na qual a pesquisa é realizada, a Avenida Francisco Glicério. A reflexão sobre a “Revitalização da Avenida Francisco Glicério” vem permitindo, entre alguns apontamentos, o questionamento a respeito do direito à alimentação dos pobres de Campinas: estaria ele garantido diante de um planejamento estratégico que visa transformar a cidade em uma mercadoria (VAINER, 2000b)?

Com o intuito de analisar as renovações das materialidades que vem ocorrendo no centro da cidade corporativa e fragmentada (SANTOS) atentando-se à dinâmica da alimentação do trabalhador, propõe-se a divisão desse artigo em três partes. Na primeira, há como preocupação em abordar o centro de Campinas como verdadeiro abrigo do comércio popular de alimentação. Para tanto, destaca-se nesse universo de análise a apresentação das principais vias estudadas e suas situações alimentares.

Logo em seguida, na segunda parte, há a problematização em torno do projeto de “Revitalização da Avenida Francisco Glicério”, tendo como principal alicerce informações primárias reunidas em trabalhos de campo (visitas técnicas e entrevistas semiestruturadas junto a agentes ligados à temática como comerciantes de alimentos, distribuidores, clientes, entre outros).

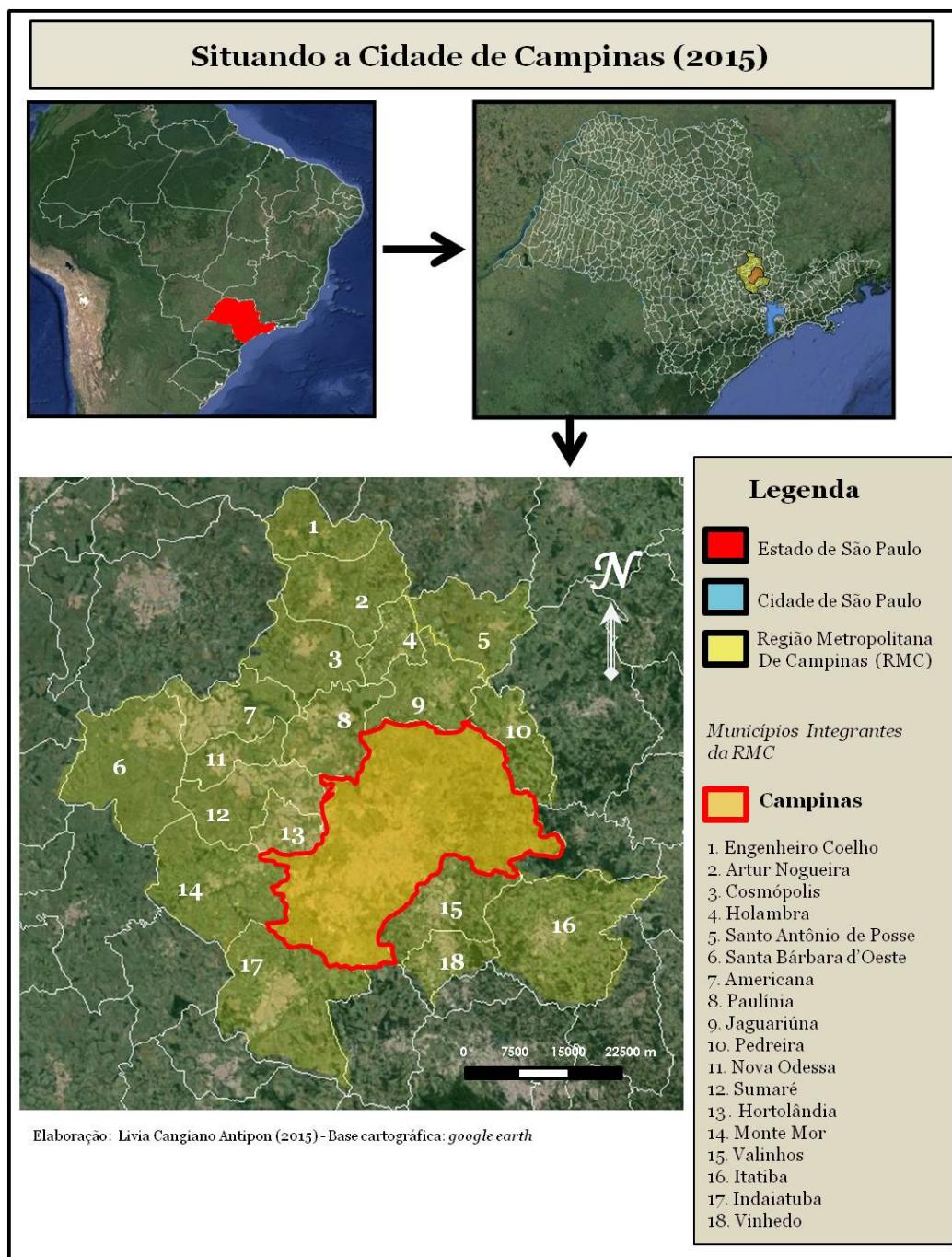
Por fim, encerra-se o artigo com a indagação a respeito do direito à alimentação quando este é negado devido aos processos de planejamento urbano de caráter higienista que transformam a cidade em uma mercadoria. Nesse momento, preocupou-se em demonstrar como expressão de um circuito popular de comércio de alimentos, a pobreza pulsante do mundo urbano e a *fome oculta* existente nos interstícios da metrópole. A análise deste lugar, abrigo de um mercado verdadeiramente popular, revela o drama, mas também a força, dos sujeitos pobres que, em um cotidiano marcado fortemente pela luta da sobrevivência, pelo ‘ganhar e se virar’ nos ambientes antagônicos, organizam seus próprios espaços econômicos. Configurar-se-ia, assim, o *Mercado Socialmente Necessário* (RIBEIRO, 2005), uma forma representativa de uma importante parcela da população trabalhadora que, por meio de solidariedades domésticas e redes de sociabilidade, consegue produzir trabalho e renda como alternativa viável ao mercado hegemônico excluente.

<sup>1</sup> Pesquisa de mestrado em andamento, intitulada “O circuito inferior da economia urbana no centro do município de Campinas: a dimensão do comércio popular de alimentação” sob orientação do Prof. Dr. Márcio Cataia (Instituto de Geociências da Unicamp, Departamento de Pós- Graduação em Geografia - Início Março/2014).

## 2 DO ABRIGO DO COMÉRCIO POPULAR DE ALIMENTAÇÃO NO CENTRO DE CAMPINAS AO TEMA DA REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA FRANCISCO GLICÉRIO

O centro de Campinas não é apenas importante para o município de Campinas, mas para todos os municípios da RMC (**Mapa 1**)

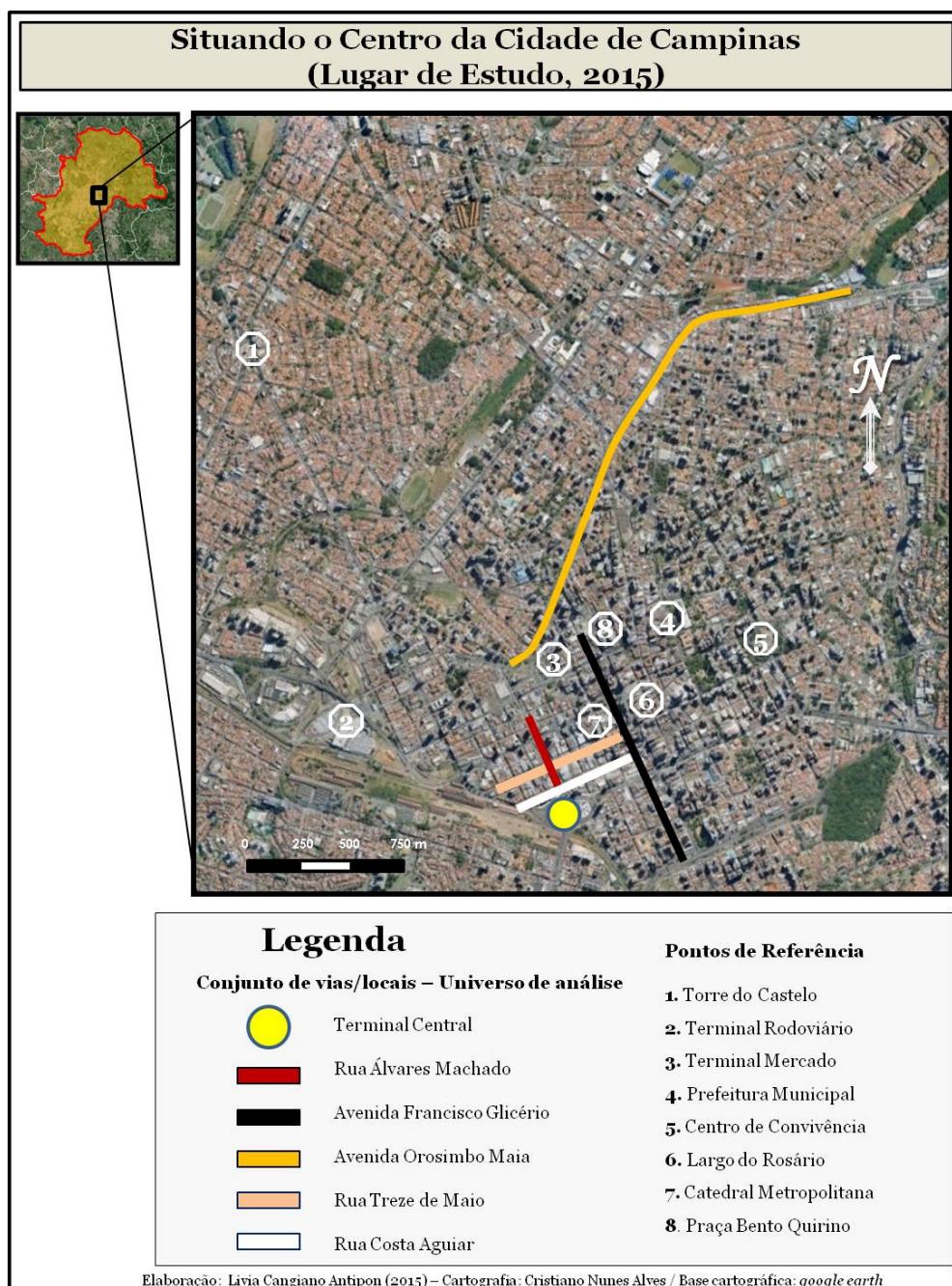
**Mapa 1**



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Campinas, 2015.

A área delimitada do centro dinamizador da Região Metropolitana de Campinas (**Mapa 2**) tem como um dos principais atributos o fluxo intenso de pessoas, caracterizando-se, portanto, como um dinâmico local de comércios e serviços, atividades que concretizam um circuito comercial de alimentação necessário aos trabalhadores e consumidores que perpassam a região.

**Mapa 2**



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Campinas, 2015

O universo de análise no centro de Campinas é destacado no Mapa 2: as avenidas Orosimbo Maia e Francisco Glicério, as vias no entorno do Terminal Central e as ruas Costa Aguiar, Álvares Machado e Treze de Maio. Vias que apresentam maior número de estabelecimentos comerciais concentrados, chamando a atenção os bares, restaurantes e ambulantes de alimentos.

A Avenida Orosimbo Maia abriga importantes espessuras ligadas à dinâmica do comércio popular de alimentação no centro: tem-se um total de onze estabelecimentos alimentícios<sup>2</sup> em sua calçada, entre eles, bancas e barraquinhas de frutas, cafés e salgados, carrinhos de *hot-dog* e sorvetes que dão vida a essa larga avenida, ponto vicinal de trabalhadores que chegam ao centro de várias regiões do município de Campinas. Aqui circulam, por dia, mais de 30 mil veículos (EMDEC, 2014).

O Terminal Central e seu entorno recebem diariamente um fluxo de pessoas de diferentes localizações, boa parte proveniente das periferias da Região Metropolitana de Campinas, em razão, obviamente, da centralidade que tem um Terminal Rodoviário e Metropolitano. Há, no seu entorno, trinta e seis estabelecimentos alimentícios, que vendem, em sua maioria, bebidas em geral, como café, sucos, refrigerantes, água e vitaminas, e alimentos do tipo “rápido” como salgados fritos e assados, lanches, tapioca, açaí e pastéis. Há, entre eles, alguns restaurantes e bares.

A Rua Costa Aguiar abriga lojas de roupas, eletroeletrônicos e materiais de construção, além de sete restaurantes e uma quantidade grande de comércio ambulante com diversas barracas de alimentação, em razão da tradicional “Feira de Alimentação” que abriga um conjunto de barracas que vendem doces e salgados em dias específicos da semana.

A Rua Álvares Machado também se destaca pela grande quantidade de estabelecimentos comerciais e pela presença maciça de trabalhadores dependentes de um circuito de alimentação. A via recebeu no final dos anos noventa o comércio “informal” de ambulantes, comportando hoje o “camelódromo” da cidade, que, entre o comércio geral de miudezas, em sua maioria eletrônica, abriga uma rede de restaurantes, bares e quiosques com comidas para os que estão de passagem.

A Rua Treze de Maio, que se configurava historicamente como um lugar de comércio (SILVA, 2012, p. 56) típico do circuito inferior – de pequenos comerciantes – possui, além de atividades destinadas ao varejo de vestuários, doze pontos que vendem refeições, atraindo um fluxo intenso de trabalhadores: diariamente caminham por essa rua, aproximadamente, 100

<sup>2</sup> Contagem realizada em trabalho de campo. Informação válida para as ruas apresentadas na sequência.

mil pessoas (EMDEC)<sup>3</sup>. Parte desses sujeitos realizam suas atividades no entorno e buscam, nos horários destinados à restauração, os estabelecimentos alimentícios do seu “calçadão”.

Cabe salientar os processos de “revitalização” pelos quais essa rua vivenciou nos últimos anos. Um primeiro, em 2001, com a parceria da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), a Prefeitura Municipal promoveu a reurbanização desta via com o intuito de modernizá-la, “implementando uma maior condição de higiene do local (com instalação de lixeiras), normatizando as ‘irregularidades’ (como o comércio dos camelôs e a presença de pedintes) e melhorando a estrutura do passeio urbano” (SILVA, 2012, p. 57). E um segundo, em 2009, o qual foi realizado pela organização do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC), que implementou o projeto de “despoluição visual”, criando leis limitadoras de tamanhos e alturas das placas dos comércios, além de proibitivas de pinturas nas fachadas dos prédios antigos (SILVA, 2012, p. 57).

Ambos os processos modificaram a dinâmica histórica dessa rua – caracterizada inicialmente pelos pequenos comerciantes e ambulantes – atraindo a vinda de diversos agentes do circuito superior e superior marginal (SANTOS, 1979), tanto representados pelos estabelecimentos comerciais, como hipermercados, quanto pelo público frequentador. Evidencia-se, dessa maneira, um cotidiano conflituoso entre os dois circuitos da economia urbana que ali se organizam: grandes lojistas “de rede”, pequenos estabelecimentos, camelôs, prostitutas e moradores de ruas (PEDROSO, 2007; SILVA, 2012) reivindicam lugares e direitos no lugar “modernizado”.

E, por fim, a Avenida Francisco Glicério, mostra-se com uma forte dinâmica, tanto diurna, quanto noturna, de trabalhadores e estudantes que ao se deslocarem de seus trajetos entre o domicílio e o trabalho/instituições de ensino, buscam por locais que sirvam refeições de maneira rápida e barata, e, de preferência, próximos aos pontos de ônibus. Nessa avenida vicinal, na qual circulam quarenta e oito linhas de transporte coletivo e vinte e três mil veículos por dia (EMDEC)<sup>4</sup>, encontram-se, entre os trinta e oito estabelecimentos alimentícios, a maior parte dos “sanduicheiros” da cidade, os quais, além de disputarem por

<sup>3</sup> Último acesso em Junho de 2014 <http://www.emdec.com.br/eficiente/sites/portalemdec/pt-br/home.php>.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.emdec.com.br/hotsites/nossa\\_cidade/francisco\\_glicerio.html](http://www.emdec.com.br/hotsites/nossa_cidade/francisco_glicerio.html). (Último acesso em junho/2015).

“pontos”<sup>5</sup> para fixação de seus carrinhos de lanches em todos os horários – inclusive de madrugada –, estão a vivenciar, desde 28 de fevereiro de 2015, as obras de “revitalização” implementadas por quase toda sua extensão. Eis o tema que abordaremos a seguir.

### **3 O DISCURSO COMPETENTE E A PROPOSTA DE HIGIENIZAÇÃO DA CIDADE: A “REVITALIZAÇÃO DA GLICÉRIO”.**

O projeto intitulado “Revitalização da Glicério” foi aprovado em 11 de setembro de 2014 pela Prefeitura Municipal de Campinas (mandato do prefeito Jonas Donizette) em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)<sup>6</sup>.

Segundo os realizadores do projeto, as intervenções urbanas em curso (**Tabela 1**) proporcionarão um “grande avanço” tanto para a Avenida Francisco Glicério quanto para o restante do centro. Alega-se que “o trânsito dos pedestres, o comércio local, as áreas de acesso ao transporte público, o patrimônio arquitetônico podem e devem receber uma requalificação urbanística”<sup>7</sup>. Há no discurso a evidência de mais uma fase de “remodelação da cidade como negócio” (A. SANTOS, 2002, p. 237).

<sup>5</sup> A disputa por “pontos” de instalação de bancas, barracas, trailers e afins, no centro da cidade de Campinas é corriqueira, principalmente entre os “sanduicheiros”. O uso do solo nas vias públicas (ruas e calçadas) do município de Campinas para a comercialização de quaisquer mercadorias, inclusive de alimentos, é regularizado pela Autarquia Municipal de Campinas- SETEC (Serviços Técnicos Gerais). Cada “ponto” regularizado é pertencente a um “permissionário” que deve pagar por mês uma taxa fixa a autarquia, variando entre R\$300,00 a R\$1000,00, dependendo da metragem do estabelecimento e da localização do mesmo. Geralmente, o entroncamento de vias mais movimentadas aumentam os valores dos “pontos”. Sabe-se que muitos dos permissionários regularizados não estão ativos em suas atividades de comercialização, mas sublocando seus pontos, evidenciando, portanto, outra atividade rentável associada ao uso do solo no município de Campinas. Os vendedores das barraquinhas que não são os donos de seus pontos pagam uma quantia por semana aos permissionários registrados, aumentando, dessa maneira, os custos para manutenção de suas atividades de comercialização de alimentos. (Informações retiradas com as entrevistas realizadas nos trabalhos de campo. Jan-Set/2015).

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=24452>. (Último acesso em junho/2015).

<sup>7</sup> Folheto da propaganda de Revitalização da Avenida Francisco Glicério.

**Tabela 1**

<b>INTERVENÇÕES URBANAS COM A REVITALIZAÇÃO DA AV. FRANCISCO GLICÉRIO</b> <b>Metamorfose das formas urbanas e Discurso Competente (CHAUÍ, 1982)</b>	
<b>Despoluição visual</b>	Inclui a limpeza e o restauro do patrimônio histórico do centro da cidade, nova ordenação da comunicação pública, eliminação da poluição visual para tornar mais agradável e amistoso o trânsito e a permanência.
<b>Calçadas</b>	Inclui a valorização do convívio e do pedestre com o Centro, no aumento da área de calçamento, na substituição do piso atual e delimitando áreas mais adequadas para o embarque de passageiros e o estacionamento de veículos.
<b>Mobiliário urbano</b>	Inclui a substituição completa do mobiliário atual por novas peças desenvolvidas para melhor acesso e permanência. Nova padronização para os espaços comerciais, valorizando a experiência de visitação e consumo.
<b>Acessibilidade</b>	Inclui um novo olhar sobre todos os pontos de contato do cidadão com a cidade. Calçadas, mobiliário, estações de transferência, lojas, ruas, tudo para que a experiência de ir e vir seja positiva para todos, portadores ou não de limitações de qualquer natureza.
<b>Estações de transferência</b>	Inclui uma mudança na experiência de esperar e acessar o transporte público, com espaços adequados e reservados para a permanência do passageiro e o embarque e desembarque em ônibus.
<b>Vagas padronizadas</b>	Inclui espaços destinados a parada rápida, tão necessária à dinâmica do nosso Centro e à melhor ordenação dos locais para o estacionamento de carros.
<b>Iluminação</b>	Inclui mais eficiência no projeto de iluminação, mais segurança no dia a dia do cidadão e um grande avanço estético com a fiação subterrânea tomando o espaço mais bonito, agradável e moderno.

**Fonte:** Folheto da propaganda de Revitalização da Avenida Francisco Glicério. Elaboração própria.

Esse planejamento estratégico também aparece de maneira explícita no anúncio do prefeito Jonas Donizette, realizado no primeiro dia das obras na avenida:

a revitalização inclui ainda a limpeza e o restauro do patrimônio histórico do centro da cidade, nova ordenação da comunicação pública, eliminação da poluição visual para tornar mais agradáveis e amistosos o trânsito e a permanência. Vamos mudar todo o mobiliário urbano, fazer uma limpeza na poluição visual. Com a Lei do Pancadão<sup>8</sup> mais de 50 veículos foram apreendidos e já começamos a reduzir a poluição sonora. Agora vamos partir para a parte visual, limpar a nossa cidade para que possamos ter um Centro de Campinas digno da importância e beleza de nossa cidade (Jonas Donizette, 28 de fevereiro de 2015, grifo nosso)<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> “O prefeito Jonas Donizette regulamentou (no dia 22 de janeiro de 2015), a “Lei do Pancadão”, que proíbe o excesso de volume de som nos carros, pois perturba o sossego público. A lei de número 14.862 foi sancionada no dia 25 de julho de 2014 e dependia da regulamentação para poder ser aplicada. Com isso, além de multa de aproximadamente R\$ 1,4 mil, os veículos que estiverem parados com o som alto poderão ser apreendidos. A lei passa a ser aplicada em dez dias com a realização de blitz pela cidade. A fiscalização ficará a cargo da Secretaria de Urbanismo, da Guarda Municipal (GM) e da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec), que também atuará quando houver a apreensão do veículo”. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=25813> (Último acesso em julho de 2015).

<sup>9</sup> Disponível em <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=26073> (Último acesso em julho de 2015).

Há, na fala do prefeito, a articulação de um “discurso competente” (CHAUÍ, 1982)<sup>10</sup> pois a sua intencionalidade traduz o interesse de atores hegemônicos e dominantes da sociedade, ou seja, é ele quem materializa as falas das frações do capital sobre a cidade. O discurso revela um viés de remodelação das estruturas urbanas sob uma ótica estratégica, caracterizada cada vez mais por uma forma setorial de ação, na qual prevalece o componente pragmático-operacional (VAINER, 2003), indutor da transformação da cidade em mercadoria (VAINER, 2000b).

É importante pontuar que os gestores da cidade indicam nesse discurso como “poluição visual” (**Imagen 1**)<sup>11</sup> os sujeitos observados e estudados nesta pesquisa; são encarados como “sujeira” o universo de trabalhadores pobres que são dependentes do centro da cidade para sobreviver, pois veem nele o abrigo e o lugar de realização de suas atividades.

**Imagen 1:** Mercado popular de alimentação no “diagnóstico” da cidade



<sup>10</sup> Conforme Chauí (1982, p. 7) “o discurso competente é o discurso constituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência”.

<sup>11</sup> Imagem retirada do documento “Proposta de requalificação- Avenida Francisco Glicério”. Apresentação organizada pela Arquiteta Urbanista Maria Rita S. de Paula Amoroso, Diretora do Patrimônio IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil)- Campinas, Conselheira Titular do CONDEPACC (Patrimônio Histórico e Cultural de Campinas)- pelo SINDUSCON (Sindicato da Construção Civil). Disponível em: [http://www.acic.bz/media/user/downloads/pmc\\_2014\\_comdema\\_i9.pdf](http://www.acic.bz/media/user/downloads/pmc_2014_comdema_i9.pdf) (Último acesso em julho de 2015).

**Fonte:** Proposta de requalificação- Avenida Francisco Glicério (Nota de rodapé “11”)

A cidade unificada em torno do consenso neoliberal diagnostica a “sujeira” ou o que “dificulta a acessibilidade” e propõe um “novo plano” que nega o *espaço banal* (SANTOS, 1996)<sup>12</sup>. A **imagem 2** é representativa desse discurso, retirada da mesma proposta que diagnostica “os problemas” do centro da cidade.

**Imagen 2:** Novas materialidades para o centro da cidade



**Fonte:** Folheto da propaganda de Revitalização da Avenida Francisco Glicério.

A substituição das materialidades já existentes, como, por exemplo, as barracas de alimentação presentes nas ruas do centro, por bancas padronizadas de alimentos, como as representadas na imagem acima, evidencia a construção de uma “cidade-coisa”, “cidade-objeto” (VAINER, 2000b), representante de um “antagonismo à presença popular nos lugares modernizados” (RIBEIRO, 2013c, p. 83) e remodelada para “legitimar orientações e projetos caros aos grupos dominantes” (VAINER, 2000b, p. 116) em detrimento dos sujeitos pobres viventes no lugar.

<sup>12</sup> Segundo Santos (1996, p.322) o espaço banal é o lugar no qual “todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar”.

O discurso higienista acaba por desbastar do ambiente construído os pobres e as suas diversas maneiras de improvisar a vida. Ao encarecer o uso desses novos fixos padronizados<sup>13</sup>, a reestruturação do centro nega o acesso ao mesmo por parte dos trabalhadores dependentes de um lugar que permite, a princípio, a organização de um trabalho que garanta minimamente a sobrevivência de seus realizadores.

C.<sup>14</sup>, dono de um quiosque próximo à Av. Francisco Glicério, ao ser indagado sobre o projeto de revitalização, manifesta a angústia desses sujeitos:

Você constrói seu comércio, tem seus clientes, sua rotina, é seu espaço. Mas qualquer dia a prefeitura pode chegar e falar para eu tirar a minha barraca porque alí vai ser isso ou aquilo o que eles querem que seja. Ou que eles vão ter que quebrar tudo para o centro ficar mais bonito. Mais bonito? Eu preciso é comer. Dá medo isso sabe? Entendeu? O movimento vai cair, eles vão desviar o caminho. A gente não sabe o que vai acontecer. Essa incerteza é o jogo da rua (13 de janeiro de 2015).

Em outras palavras, a reestruturação da cidade de modo hegemônico e, portanto, seletivo, menospreza a “pulsão do mundo urbano” (TELLES, 2007, p. 215), substituindo a espontaneidade dos sujeitos populares, as formas representativas da diversidade da metrópole e a “viração popular para lidar com as urgências da vida” (TELLES, 2007, p. 214) por uma imagem de uma cidade ‘limpa’, na qual o seu espaço “não é mais construído como território de exercício da democracia local” (DREYFUSS & MARCHAND, 1995, p. 73 *apud* VAINER, 2000a, p. 90) e sim como o lugar-mercadoria, presidido pela modernização.

A cidade social é negada em detrimento da cidade econômica (SANTOS, 2009), a qual objetiva-se uma:

(...) remoção do espaço público urbano de tudo o que é sujo, lento, violento para tornar a cidade uma empresa limpa, ágil e pautada pelo rigor da lei, para que possa ser reconhecida enquanto espaço merecedor dos investimentos empresariais globais (CÂMARA, 2006, p. 17).

<sup>13</sup> A fala desses comerciantes é de que para ter acesso a essas barracas padronizadas de venda de alimentos, será necessário um montante de vinte mil reais (informações retiradas durante as entrevistas realizadas nos trabalhos de campo). Na próxima etapa da pesquisa realizaremos entrevistas na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Campinas para a coleta de mais informações sobre o acesso e o uso das bancas padronizadas.

<sup>14</sup> A pedido dos próprios sujeitos entrevistados optou-se tanto por não identificá-los pelos nomes, quanto por não mencionar os nomes dos estabelecimentos, garantindo, assim, a privacidade dos mesmos. Cabe destacar que alguns desses sujeitos se encontram em situações “irregulares” com os seus estabelecimentos como, por exemplo, a não formalização – razão principal do receio de seus nomes serem publicados.

O cotidiano assistido dos sujeitos pobres que compõem a trama social da vida urbana, no centro de Campinas, contrapõe a fala do prefeito Jonas Donizette, que afirma ser o Centro a “sala da casa da gente” e que, por essa razão, ele precisaria “renascer”<sup>15</sup>. O que mais se observa seguindo as sinuosas tramas desse lugar é a vida: há uma pulsação dela nos sujeitos populares que, diante de um cotidiano árduo – inerente ao mundo do trabalho e de seu processo de reprodução – têm o Centro da cidade justamente como o lugar próprio de realização da vida em associação e conflito com demandas organizacionais, pois é ele quem permite aos pobres a possibilidade de subsistir e sobreviver de um mercado não hegemônico, configurando-se, dessa maneira, como abrigo vivo de um mercado popular.

Salientam-se as informações de que alguns trabalhadores entrevistados anteriormente às obras, não estão mais em seus pontos de venda, já que a modificação inicial da avenida em questão inviabilizou suas fixações.

Ressalta-se que a cidade na qual se materializa esse discurso hegemônico produz um “mecanismo infernal responsável (pela) alienação e miséria dos oprimidos” (Santos, 1979b, p. 33). A higienização do centro tem como principal consequência a expulsão dos sujeitos pobres existentes e abrigados nesse lugar de realização da vida.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUANDO O DIREITO À ALIMENTAÇÃO É NEGADO PELA PROPOSTA DE CIDADE MERCADORIA**

Observa-se, como apresentado, um deslocamento e uma nova busca de organização de uma parte dos sujeitos responsáveis pelos mercados populares de alimentação nessa via vicinal de Campinas, a Francisco Glicério. O contradiscurso dos trabalhadores da alimentação é que, mesmo conseguindo pagar a quantia pedida para a instalação de suas atividades nessas “barracas padrões”, seriam obrigados a aumentar o valor cobrado pelas refeições, impedindo a garantia de consumo de muitos trabalhadores consumidores desses lugares, já que a busca principal por esses mercados são, sobretudo, as refeições mais baratas.

Aumentar o valor das refeições nesses estabelecimentos de pequeno porte contraria os objetivos e diretrizes traçados no item Segurança Alimentar do Plano Diretor de 2006 da cidade de Campinas. Dois dos principais objetivos da política de Abastecimento e Segurança Alimentar da cidade: “reduzir o preço dos alimentos comercializados na cidade” e “disseminar espaços de comercialização de produtos alimentícios, a baixo custo”, e uma das

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=26073> (Último acesso em julho de 2015).

suas principais diretrizes, “interferir na cadeia de intermediação comercial visando à redução de custos em estabelecimentos de pequeno porte”, comprovam a ação contraditória que resulta desse planejamento estratégico<sup>16</sup>.

A provável impossibilidade dos trabalhadores que circulam a região de consumirem num mercado de alimentação que poderá deixar de existir, ou, ainda, a redução do seu consumo de alimentos, devido ao aumento no preço das refeições, leva-nos a um questionamento fundamental: encontrámos a fome oculta (CASTRO, 1946)<sup>17</sup> das metrópoles nesta linha tênue entre as variações de salários dos trabalhadores, o acesso ao emprego na cidade e o encarecimento das refeições, como resultado de uma visão do lugar como mercadoria? Em outras palavras, podemos relacionar a insegurança alimentar da população campineira às estratégias corporativas de reestruturação da cidade?

Essas primeiras abordagens e leituras sobre o processo de revitalização do centro de Campinas revelam que mais um momento de modernização racional e seletiva da cidade está posto em questão. Não há um compromisso com o lugar quando o que está em jogo é a visão empresarial da cidade. Dessa maneira, não possuindo uma real responsabilidade com os sujeitos (e não objetos) sociais do lugar, a cidade, que busca a eficiência dos negócios renovando suas materialidades, tem a sua população dividida: entre os que possuem o acesso à comida e os que, cotidianamente, contam os centavos para suas restaurações. Estaria o direito à alimentação vinculado ao *direito à cidade*? (LEFEBVRE, 1969).

As incursões no cotidiano dos trabalhadores e consumidores desse universo empírico apresentado possibilita a reflexão sobre as particularidades dos espaços populares de Campinas e os sujeitos produtores deste lugar. Seguir as trajetórias e aprofundar a análise da dinâmica cotidiana desses sujeitos, aqui considerados do circuito inferior da economia urbana e, consequentemente, do circuito espacial produtivo do comércio popular de alimentação, vem permitindo uma reflexão crítica sobre as contradições de um uso corporativo e seletivo do

<sup>16</sup> Informações retiradas do “Termo de Referência para o Plano Diretor de Campinas- 2006- Abastecimento e Segurança Alimentar”. Disponível em: [http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/doc/tr\\_segali.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/doc/tr_segali.pdf) (Último acesso: julho de 2015).

<sup>17</sup> Castro (1946, p.280) alerta sobre a existência de uma “fome oculta”, ou seja, aquela contida na situação alimentar de uma infinidade de trabalhadores precarizados e, portanto, forçados “a um regime de terríveis restrições pela perda do valor aquisitivo dos seus salários”. Dessa maneira, a pesquisa busca compreender essa fome de “fabricação humana” (CASTRO, 1961) presente na linha tênue das variações dos preços das refeições e salários na cidade.

espaço da cidade (SANTOS, 2009), bem como propiciando uma importante análise sobre os *aconteceres solidários*<sup>18</sup> (SANTOS, 1996) evidentes nesses lugares.

Pensar as grandes cidades como o espaço da prosperidade e subsistência dos pobres (SANTOS, 1996), instiga a realização de uma análise de Campinas, sobretudo, do seu centro – que passa por esse processo de renovação das materialidades – como um espaço significativo do conflito. Isso pois, em conjunção com a tentativa de renovação de uma cidade, há as mais “diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 1996, p. 322) de determinados sujeitos resistentes e aspirantes a um futuro em que possam existir melhores condições no lugar.

Essas manifestações podem ser referenciadas por aquilo que Ribeiro (2005), numa perspectiva sociológica, denominou de *mercado socialmente necessário*. O estudo empírico apresentado acaba por revelar no lugar esse “cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições” (SANTOS, 1996, p. 322). Há, dessa maneira, nesta quinta dimensão do espaço (SANTOS, 1996) – o cotidiano – a copresença, a cooperação e os conflitos entre sujeitos e agentes desse espaço compartido.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A. SANTOS, da. C. *Campinas, das Origens ao Futuro: Compra e Venda de Terra e Água e um Tombamento na Primeira Sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí (1732-1992)*. Campinas-SP: Unicamp, 2002.
- CÂMARA, B.P. Insegurança pública e conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2006.
- CASTRO, J. de. *Geografia da fome- o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946.
- CASTRO, J. de. *Geopolítica da fome- Ensaios sobre os problemas de alimentação e de população no mundo*. Rio de Janeiro: Editora da Casa do Estudante, 1961.
- CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1982.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

<sup>18</sup> Santos refere-se aos “aconteceres solidários” quando há, no lugar, “a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum” (SANTOS, 1996, p. 166).

PEDROSO, F. *O centro de Campinas (SP)*. Dissertação (**Mestrado em Geografia**) IG, Unicamp. Campinas-SP, 2007.

RIBEIRO, A.C.T. *Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário*. In. **Formas em Crise: utopias necessárias**. SILVA, C.A. (org). Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

\_\_\_\_\_. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Vol. 5, 2013.

SANTOS, M. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Unesp, 1979.

\_\_\_\_\_. *Economia Espacial: críticas e Alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979b.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Metrópole Corporativa Fragmentada: O caso de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2009.

SILVA, F. C. da. *O circuito inferior da economia urbana em Campinas/SP: análise sobre a mobilidade espacial e o acesso ao crédito*. Dissertação (**Mestrado em Geografia**). FFLCH, USP. São Paulo-SP, 2012.

TELLES, da, S. T. *Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inclusas de uma pesquisa)*. In. *A era da indeterminação*. OLIVEIRA, F. de., RIZEK, C. S. (Orgs.), São Paulo: Boitempo, 2007.

VAINER, C. *Pátria, empresa e mercadoria- Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In. **A Cidade do Pensamento Único: Desmascarando Consensos**. ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. (Orgs) Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000a, p.75-103

\_\_\_\_\_. *Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. In. **A Cidade do Pensamento Único: Desmascarando Consensos**. ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER,C. (Orgs) Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000b, p.105-119.

\_\_\_\_\_. *Utopias urbanas e o desafio democrático*. In. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 105, jul./dez. 2003, p.25-31.

## Sites consultados

Associação Comercial e Industrial de Campinas

<http://www.acic.bz/>. (Consultado em Julho de 2014).

Classificação Nacional de Atividades Econômicas- CNAE/IBGE

<http://www.cnae.ibge.gov.br/> (Consultado em Janeiro de 2014).

Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas- EMDEC

<http://www.emdec.com.br/eficiente/sites/portalemdec/pt-br/home.php> (Consultado em Julho de 2014)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE

<http://www.ibge.gov.br/> (Consultado em Dezembro de 2014)

Prefeitura Municipal de Campinas- PMC

<http://campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/> (Consultado em Julho de 2014)

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/dados-do-municipio/rmc2014/perfilrmc.pdf> (Consultado em Abril de 2015).